REGULARIZAÇÃO DA INSTALAÇÃO AVÍCOLA

DA

QUINTA DE CASAL DE SEIÇA

LUSIAVES, SA

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

VERTENTE PATRIMONIAL

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 3

2. BREVE DESCRIÇÃO DO PROJECTO 3

3. FASE DO EIA 5

4. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO 5

5. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO 6

6. METODOLOGIA 9

7. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA 10

8. AVALIAÇÃO DE IMPACTES 12

9. MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO 12

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS 12

BIBLIOGRAFIA E *WEBGRAFIA* 14

ANEXOS CARTOGRÁFICOS 16

ANEXOS FOTOGRÁFICOS 18

FICHA DE SÍTIO 20

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui o relatório dos trabalhos de prospecção arqueológica decorridos no âmbito da elaboração do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), na vertente patrimonial, desenvolvido com vista à regularização da instalação avícola da Quinta de Casal de Seiça – Lusiaves, S.A.

Os trabalhos arqueológicos justificam-se pela necessidade de identificação de eventuais elementos patrimoniais, nas vertentes arqueológica, histórica e edificada, que se encontrem na área afecta à referida instalação, assim como de propor medidas minimizadoras a aplicar sobre esses elementos, caso os mesmos sofram impactes arqueológicos decorrentes da existência da referida instalação.

Os trabalhos de prospecção arqueológica foram devidamente autorizados pela DGPC, sendo executados pelo arqueólogo António Ginja, da empresa Munis, Trabalhos de Arqueologia, Lda., signatário do presente documento.

O presente estudo arqueológico desenvolveu-se na propriedade Quinta de Casal de Seiça, no lugar de Casal de Seiça, pertencente à freguesia de Marinha das Ondas, concelho de Figueira da Foz e distrito de Coimbra.

2. BREVE DESCRIÇÃO DO PROJECTO

O presente estudo incidiu sobre a área de um novo pavilhão avícola e edifício anexo, entretanto já edificados, cuja situação se pretende regularizar mediante Estudo de Impacte Ambiental. Juntos, o pavilhão avícola e o edifício anexo totalizam uma área edificada de 4 557 m^2 (4 415,10 e 141,90 m^2, respectivamente).

Os dois edifícios juntaram-se a edifícios similares já existentes, que, por sua vez, totalizam uma área edificada de aproximadamente 6 911 m^2, numa propriedade com cerca de 46 570 m^2 de área total.

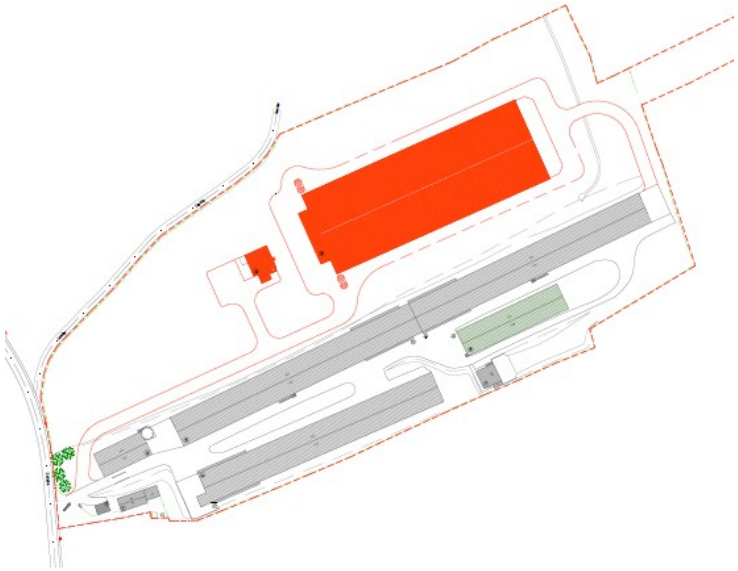


Figura 1 – Planta do projecto. Área do pavilhão, à direita, e do edifício anexo, à esquerda, a laranja.

Da área afectada pelos edifícios edificados, cerca de 1/4 foi sujeito a incidência directa. Metade encontrava-se já edificada. A restante área encontra-se indirectamente afectada pela edificação dos edifícios visados.

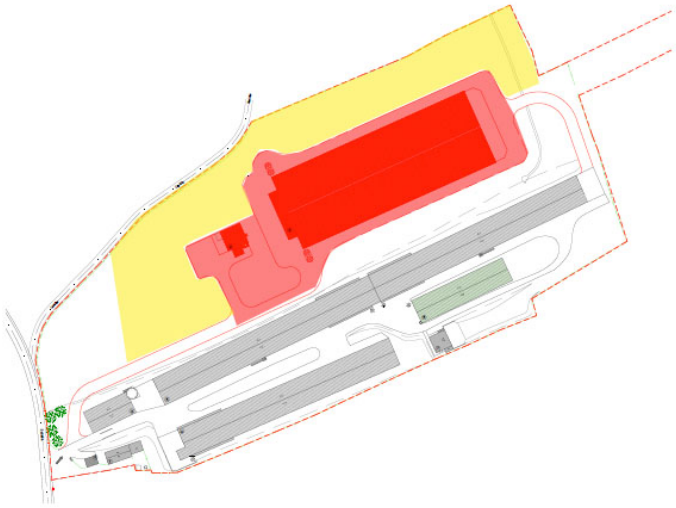


Figura 2 – Planta da área a afectar. A vermelho: área edificada (pavilhão à direita, edifício anexo à esquerda); a rosa: área de incidência directa; a amarelo: área de incidência indirecta.

3. FASE DO EIA

O projecto visado encontra-se em Projecto de Execução.

4. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Situada no litoral atlântico, junto à foz do rio Mondego, a Figueira da Foz é desde há muito um importante centro turístico em Portugal. Das actividades que complementam a economia da região, destacam-se a pesca, a indústria vidreira, a construção naval, a produção de celulose, a indústria de sal, o turismo e a agricultura.

O concelho compõe-se por 18 freguesias e é atravessado pelo rio Mondego tendo, consequentemente, a regularização das suas margens provocado transformações nas práticas agrícolas ali desenvolvidas.

Toda a área do concelho se divide em duas bacias sicinais, divididas por uma estrutura anticlinal, a primeira a norte, compreendendo Arzila, Ega, Vila Nova de Anços, Alfarelos, Maiorca e Alhadas, e a segunda a sul, compreendendo Soure, Marinha das Ondas e Figueira da Foz (ROCHA *e tal*, 1981, p. 3).

Como já referido, o presente estudo arqueológico desenvolveu-se numa extensão de cerca de 218.254,50 m^2, no lugar de Charneca, pertencente à freguesia de Marinha das Ondas, concelho da Figueira da Foz e distrito de Leiria.

A zona caracteriza-se pela presença de dunas de areias de praia modernas, de granulometria fina e bem calibrada, assentes sobre formações mais antigas, miocénicas, pliocénicas e plistocénicas, constituídas por saibros argilosos acastanhados com laivos avermelhados. Entre as areias surgem por vezes seixos e calhaus rolados (ROCHA *e tal*, 1981, p. 101).

Na região dominam as espécies vegetais introduzidas pelo Homem, como o pinheiro bravo ou o eucalipto, e ainda o tojo e a morganiça.

5. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO

A ocupação humana na região de Casal de Seiça é comprovada pela arqueologia desde o Neolítico, mas os primeiros testemunhos históricos datam de finais do séc. XI.

Santos Rocha foi o primeiro arqueólogo a enumerar diversos achados pré-históricos na região da Figueira da Foz. As escavações e prospecções realizadas na região compreendida entre Brenha e Cabo Mondego, nomeadamente nas 'mamuinha' da Cumieira e da Serra de Brenha, nos megálitos do Cabeço dos Moinhos e de Santo Amaro da Serra, e nas mamoas de Carniçosas, revelaram diversos materiais culturais e antrópicos, como machados de pedra polida, cerâmicas, adornos, pontas de seta em sílex, ossos e dentes, datáveis do neolítico (ROCHA, 1949, pp. 9 a 32).

Outros monumentos megalíticos são igualmente referidos por aquele autor, como sejam os sítios da Mama do Furo, da Capela, do Feital, do Cabeço da Mamuinha, dos Covões das Cavadas, da Corredoura, do Praso, da Estrumeira, do Casal, das Alhadas, da Cabecinha (com seus depósitos mortuários preservados) e do Facho, de onde foram exumados diversos materiais como achas em pedra, machados de pedra polida, percutores, núcleos, pontas de seta, de lança e de dardo em sílex, contas de colar, cerâmicas manuais e ossos humanos (ROCHA, 1949, pp. 287 a 360).

Também na região compreendida entre Quiaios, Cabanas, Brenha e Tavarede, surgiram diversos achados isolados datáveis da pré-história, como líticos em sílex, machados de pedra polida ou achas em xisto (ROCHA, 1949, pp. 33 a 39).

Rocha Santos refere ainda as estações ao ar livre paleolíticas da Várzea de Lírio, em Asseiceira, da Junqueira (Epipaleolítico), da Figueira, do Arneiro e da Fontela (Acheulense), de onde foram recolhidos núcleos em quartzo e em quartzito, cerâmicas manuais, achas de pedra lascada, machados de pedra polida, percutores, lascas, lâminas, raspadores, etc. (ROCHA, 1949, pp. 74 a 104).

É nas imediações da Figueira da foz, em Maiorca, que se localiza a importante estação de Santa Olaia, ocupada desde o neolítico, mas principalmente desde a época pré-romana, altura em que ali se localizava uma feitoria fenícia, no período romano e na época medieval, associada à necrópole de inumação da Quinta de Ferrestelo (ROCHA, 1971, pp.19 a 98).

Distando apenas 10 quilómetros de Santa Olaia, no vale de Sampaio, localiza-se a estação fortificada pré-romana de Crasto (ROCHA, 1949, pp. 99 a 131).

A Idade do Cobre encontra-se bem representada na região pela estação de Loriga, mas também pelas estações de Crasto, Cumieira e Brenha, já referidas (ROCHA *e tal*, 1981, p. 120).

Para além da já referida estação de Santa Olaia, a Idade do Ferro encontra-se igualmente presente nos sítios de Arieiro-Brenha, Bizorreiro, Chões, Ferrestelo, Crasto, Fonte de Cabanas, Pardieiros e Santo Amaro da Serra (ROCHA *e tal*, 1981, p. 120).

São muito diversificados os achados de época romana na região, sendo constituídos por numismas, epigrafes e estruturas habitacionais diversas, algumas das quais associadas a *villae*. Em Ermidas, Buarcos e Pardinheiros surgiram *tegulae* e *imbrices*, e em Cabanas, Várzea do Lírio, Alhadas, Outeiro dos Mosquitos, Lagoinha, Granja do Ulmeiro e em Formoselhas, surgiram diversos materiais romanos, e a capela de Nossa Senhora do Desterro, cerca de Montemor-o-Velho, assenta sobre uma antiga estrutura balnear romana, com mosaicos de figuras geométricas (ROCHA *e tal*, 1981, p. 120).

Dos domínios suevo, visigodo e muçulmano, nenhum vestígio se verificou ainda na região, apesar de existir notícia documental da povoação da Figueira da Foz ter sofrido ataques islâmicos em 717 (BORGES, 1991, p. 12).

Em 1080, enviado pelo Conde Sesnando, estabeleceu-se em S. Julião da Figueira da Foz o Abade Pedro, com vista a restaurar o povoamento das terras devastadas pela Reconquista. Em consequência, o Abade mandou em 1096, construir casas junto à Igreja de S. Julião da Foz do Mondego. Foram igualmente concedidos privilégios sobre a região ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, por D. Afonso Henriques em 1143 (BORGES, 1991, pp. 12 a 14).

Em 1191, D. Sancho I doou a Vila de Tavarede à igreja de Santa Maria de Coimbra (BORGES, 1991, p. 14).

A concessão dos lugares da Figueira e Tamargueira, a Domingos Joanes, Martinho Miguel e Martinho Gonçalves, deu-se em 1237, pelo Cabido da Sé de Coimbra (BORGES, 1991, p. 14).

Em 1390, são confirmadas as igrejas da Figueira, pelo Papa Bonifácio IX, na Bula que envia para o reino.

No séc. XV, ano de 1450, é concedida a Carta de Perdão aos pescadores de Buarcos pelo apoio prestado ao Infante D. Henrique na Batalha de Alfarrobeia. Em 1456, dá-se a partida das caravelas de Buarcos para Ceuta, e em 1466 a posse de Buarcos é atribuída a D. João II.

D. Manuel I concede foral a Buarcos em 1516. Em 1522 a Figueira da Foz e Buarcos são saqueadas por piratas. Fundou-se na Figueira o Convento de Santo António, instituído pelo Frei António de Buarcos, em 1580. De forma a defender a barra inicia-se a construção do Forte de Santa Catarina. Contudo, apesar das medidas de defesa tomadas, em 1602 a povoação de Buarcos e da Figueira é novamente saqueada por piratas ingleses, sendo o forte ocupado e as igrejas profanadas (BORGES, 1991, pp. 15 a 16).

Em 1640, D. João IV é aclamado publicamente nas ruas da Figueira da Foz, Buarcos e Tavarede. A construção da nova igreja Matriz da Figueira Da Foz inicia-se em 1701. Em 1755, a igreja Matriz de Buarcos é destruída em consequência do grande terramoto que abalou todo o país nesse ano.

É elevada à categoria de vila por decreto pombalino em 1771, e a cidade em 1882. Nos finais do séc. XIX e início de XX, construiu-se o chamado Bairro Novo, onde se instalaram os hotéis, casino, restaurantes e toda a actividade comercial. Devido às condições naturais e à indústria turística, a Figueira da Foz impôs-se como estância balnear na região e para as famílias portuguesas e espanholas abastadas (BORGES, 1991, p. 17).

Do património classificado, a Figueira da Foz reveste-se de um vasto leque de elementos. Na freguesia de Alhadas, encontramos a Antiga Casa da Renda do séc. XIX/XX, em Buarcos, a capela da Nossa Senhora da Conceição do séc. XVI e o Antigo Albergue e Hospital da Misericórdia de Buarcos do séc. XVIII, em Maiorca, a Casa da Quinta/Casa da Baía iniciada no período medieval e finalizada no séc. XVII, em Paião, a capela da Nossa Senhora de Seiça, datada do século XVII/XVIII e em São Julião da Figueira da Foz, o Castelo Engenheiro Silva do séc. XIX/XX, o Casino do século XIX, a Casa das Conchas do século XIX/XX, e a Casa do Paço do século XVII (BORGES, 1991, pp. 19 a 44).

No que diz respeito à área em estudo, esta localiza-se na freguesia da Marinha das Ondas, com cerca de 28,97 km^2 de área e 3241 habitantes. Não sendo uma freguesia muito rica em termos de património, podemos destacar a capela de Nossa Senhora de

Seiça e as ruínas do mosteiro de Seiça, que recebeu carta de couto de D. Afonso Henriques em 1175 e foi doado por D. Sancho I em 1195 à ordem de S. Bernardo. O Mosteiro foi reedificado no século XVII, mas após a extinção das ordens religiosas em 1834, caiu novamente em ruína apenas se conservando a referida capela.

6. METODOLOGIA

Previamente aos trabalhos de campo, foram definidas as áreas de incidência directa e indirecta do projecto, realizada a pesquisa bibliográfica e documental, consultadas as bases de dados das entidades oficiais, recolhidas informações orais junto das populações locais e analisada a toponímia e a fisiografia da região.

Decorrido este trabalho de pesquisa, os dados recolhidos foram transpostos para a cartografia, a fim de promover uma prospecção adequada.

Uma vez que a área a prospectar se encontrava já ocupada pelos edifícios em causa, a prospecção incidiu sobre a área envolvente, sobretudo a área de incidência indirecta e acessibilidades.

Promovemos uma prospecção sistemática, que consistiu no percurso integral do terreno prospectado, em linhas paralelas equidistantes, distando entre si 5 metros, com observação directa sobre a superfície do terreno.

Segundo informações recolhidas junto da Lusiaves, não foram, no decurso da construção dos edifícios em causa, promovidos empréstimos ou depósitos de inertes.

Durante o processo de prospecção foram assinaladas sobre base cartográfica os diferentes tipos de visibilidade ao solo, preconizando-se a sinalização também das ocorrências patrimoniais eventualmente detectadas.

Previa-se ainda a avaliação sumária das ocorrências arqueológicas identificadas, com vista à hierarquização da sua importância científica e patrimonial.

7. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Previamente à prospecção foram desenvolvidas consultas bibliográficas e consultadas as bases de dados das entidades oficiais. Deste trabalho resultou a não detecção de quaisquer ocorrências patrimoniais dentro da área afecta à empreitada ou nas suas proximidades.

Também a recolha de informações orais, assim como as análises toponímica e da fisiografia da região resultou infrutífera quanto à detecção de elementos patrimoniais dentro ou próximo da área a afectar.

Consequentemente, não houve lugar à relocalização cartográfica de dados recolhidos previamente à prospecção.

No decurso dos trabalhos de prospecção, constatámos que a área de influência indirecta e a área destinada às acessibilidades se encontrava a cotas sobrelevadas relativamente às cotas médias das propriedades vizinhas. Apuraríamos junto da Lusiaves que os terrenos de implantação dos edifícios visados haviam sido escavados e aterrados para alcance das cotas pretendidas, sem contudo se proceder a empréstimos de terras exógenas ou depósitos de terras escavadas fora da propriedade em estudo.

As acções de escavação e de aterro transformaram todavia a estratigrafia da área em estudo. Nas superfícies do solo em que a vegetação permitia alguma visibilidade ao solo, verificavam-se alguns seixos rolados, isentos porém de qualquer marca antrópica.

Na maior parte da área prospectada verificava-se, contudo, visibilidade ao solo nula.

Promovemos a prospecção nas áreas onde a visibilidade o permitiu, resultando daí a não detecção de quaisquer vestígios patrimoniais de superfície.

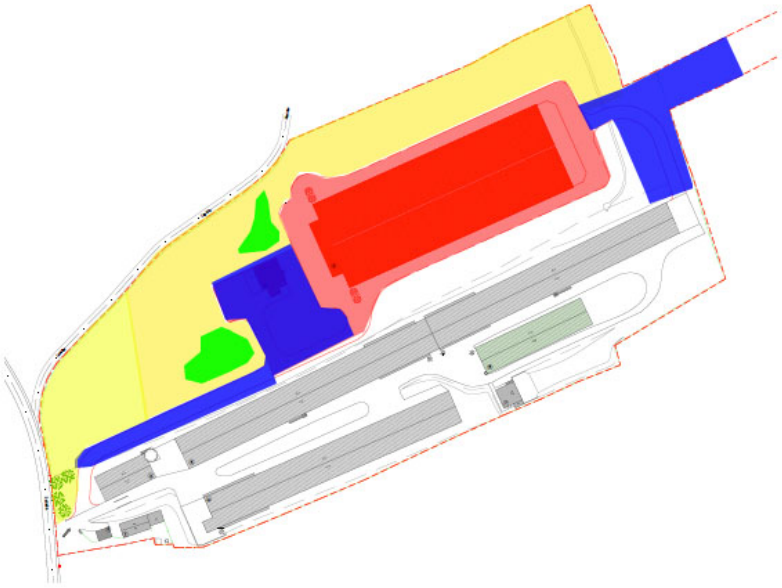


Figura 3 – Planta da área em estudo, com respectiva sinalização de visibilidades à superfície do solo.

A rosa – área edificada, de visibilidade ao solo nula;
A azul – áreas de aterro, edificadas e de acessibilidades, de visibilidade ao solo nula;
A amarelo – área de aterro, prospectada, de visibilidade ao solo muito reduzida;
A verde – área de aterro, prospectada, de visibilidade ao solo razoável.

Uma vez que não foram detectados vestígios patrimoniais de superfície, em parte por ocorrer visibilidade nula à superfície do solo, e como tal por não ser viável uma correcta avaliação das ocorrências arqueológicas ou patrimoniais de superfície, não há lugar à definição das respectivas distâncias às áreas de afectação directa e indirecta do projecto.

Relativamente às acessibilidades, a propriedade localiza-se imediatamente a norte da povoação de Casal de Seiça, à qual se encontra em comunicação por via de estrada municipal alcatroada.

Da prospecção às margens deste acesso resultou a não detecção de quaisquer vestígios arqueológicos ou patrimoniais.

8. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Uma vez que não existem vestígios patrimoniais a relatar, quer pela não detecção dos mesmos, quer por impossibilidade de, face ao exposto anteriormente, se conduzir uma adequada prospecção, não é possível a elaboração de uma Carta de Condicionantes.

9. MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Tendo em conta as alterações aos depósitos de inertes decorrentes das escavações e aterros promovidos pela edificação dos edifícios em causa, e consequente alteração da estratigrafia do local, a que se junta a nulidade da visibilidade da superfície de solo entretanto criada pela obra, não foi possível a correcta avaliação do potencial arqueológico da região.

Não obstante, não estão previstas para o local afectações ao solo adicionais, pelo que não se adivinham novas oportunidades para intervenções arqueológicas.

Como tal, propomos a não execução de medidas de minimização adicionais.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte significativa da área prospectada encontrava-se maioritariamente ocupada por vegetação rasteira e por árvores, impedindo a visualização da superfície do solo e, consequentemente, inviabilizando a sua apropriada prospecção.

Ainda que os edifícios erguidos tenham afectado uma área pouco extensa, não podemos saber o grau de afectação que tenha exercido sobre vestígios arqueológicos eventualmente existentes no local.

Contudo, as áreas não edificadas na propriedade em estudo resultam da escavação e do aterro decorrentes da execução da obra de implantação dos edifícios em estudo, pelo que a prospecção tomaria em conta as alterações estratigráficas daí decorrentes.

Face a estas alterações e ao coberto vegetal verificado, não estranhamos a não detecção de vestígios patrimoniais.

Uma vez que não estão previstas para a área da propriedade novas afectações ao solo, não vemos necessidade para a promoção de medidas de minimização.

Coimbra, 30 de março de 2016.

O arqueólogo responsável:

(António Ginja)

BIBLIOGRAFIA E *WEBGRAFIA*

ALARCÃO, Jorge (1987), *Portugal Romano*, Ed. Verbo, Lisboa.

ALARCÃO, Jorge (1988), *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa.

BRANDÃO, D. De Pinho e LENHAS, Fernando (1969), *Inventário de Objectos e Lugares com Interesse Arqueológico,* "Revista de Etnografia", 12 (2), Porto.

BORGES, J. (1991), *Figueira da Foz*, Editorial Presença, Lisboa.

CARVALHO, G. S. (1951), *A Geologia do Baixo Mondego nos Arredores de Coimbra (Estado Actual do seu Conhecimento)*, "Memórias e Notícias", Publ. Mus. Lab. Min. Geol. Universidade de Coimbra.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1989), *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média,* 2 vol. Lisboa.

CRUZ, Pedro Belchior (1900), *A Archeologia do Concelho da Figueira*, " O Arqueólogo Português", V, Lisboa.

CRUZ, Pedro Belchior (1900), *Materiaes para o Estudo do Neolithico do Concelho da Figueira*, " Boletim da Sociedade Arqcheológica Santos Rocha", 1(1) e 1(2).

FIGUEIREDO, A. M. (1942), *A Pré-História no Concelho da Figueira da Foz, Foz do Mondego,* Trab. Soc. Port. Antropologia e Etnologia, vol. X, fasc. 1, Porto.

GONÇALVES, Flávio (coord.) (1993), *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado: Inventário*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa.

GUERRA, Vítor A. e FERREIRA, O. V. (1971), *Inventário das Estações da Idade do Ferro nos Arredores da Figueira da Foz*, Actas e Memórias do 2º Congresso Nacional de Arqueologia, Coimbra.

GUERRA, Vítor A. e FERREIRA, Otávio V. (1970), *Inventário dos Monumentos Megalíticos dos Arredores da Figueira da Foz*, "Arquivo de Beja", 25-27.

MANTAS, Vasco (1996), *A Rede Viária Romana na faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*, F.L.U.C., Coimbra.

MATTOSO, José (1992), *História de Portugal,* vol. I, Lisboa.

MEDINA, J. (dir.), (1993), *História de Portugal. Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias,* vol. I, *Portugal na Pré-História* (GONÇALVES, V.S. coord.), Ediclube, Amadora.

ROCHA, A. Santos (1893), *Materiaes para a História da Figueira nos Séculos XVII e XVIII,* Casa Minerva, Figueira da Foz.

ROCHA, A. Santos (ed. 1949), *Antiguidades Pré-Históricas do Concelho da Figueira da Foz,* "Memórias e Explorações Arqueológicas", vol. I.

ROCHA, A. Santos (ed. 1971), *Estações Pré-Romanas da Idade do ferro nas vizinhanças da Figueira,* "Memórias e Explorações Arqueológicas", vol. II.

ROCHA, R; MANUPPELLA, G; MOUTERDE, R; RUGET, C; ZBYSZEWSKI, G. (1981), *Noticia Explicativa da Folha 19-C, Figueira da Foz*, Carta Geológica de Portugal, Direcção Geral de Geologia e Minas, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

VILAÇA, Raquel (1988), *Subsídios para o Estudo da Pré-História Recente do Baixo Mondego*, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa.

www.igespar.pt

www.monumentos.pt

ANEXOS CARTOGRÁFICOS

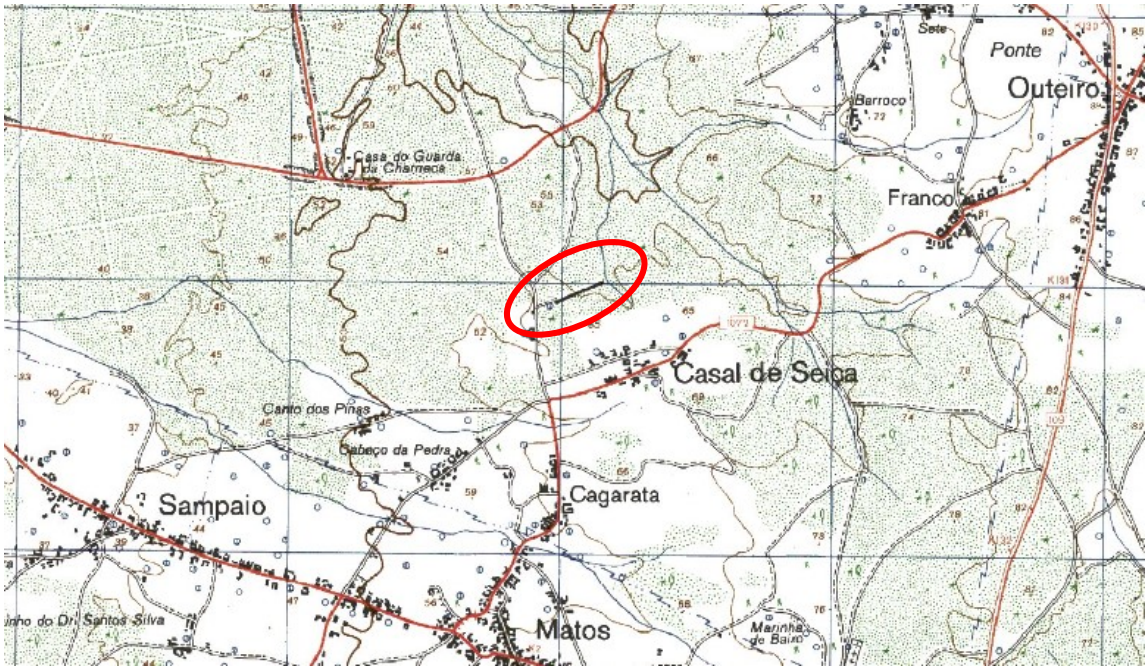


Figura 4 – Excerto da Carta Militar de Portugal, Folha n.º 249, com localização da área de implantação do projecto visado (circulo vermelho). Fonte: CMP à escala 1/25.000, I.G.E., 2ª edição, 1990.



Figura 5 – Ortofotografia sobre a propriedade visada, (circulo vermelho). Fonte: *Google Earth.*

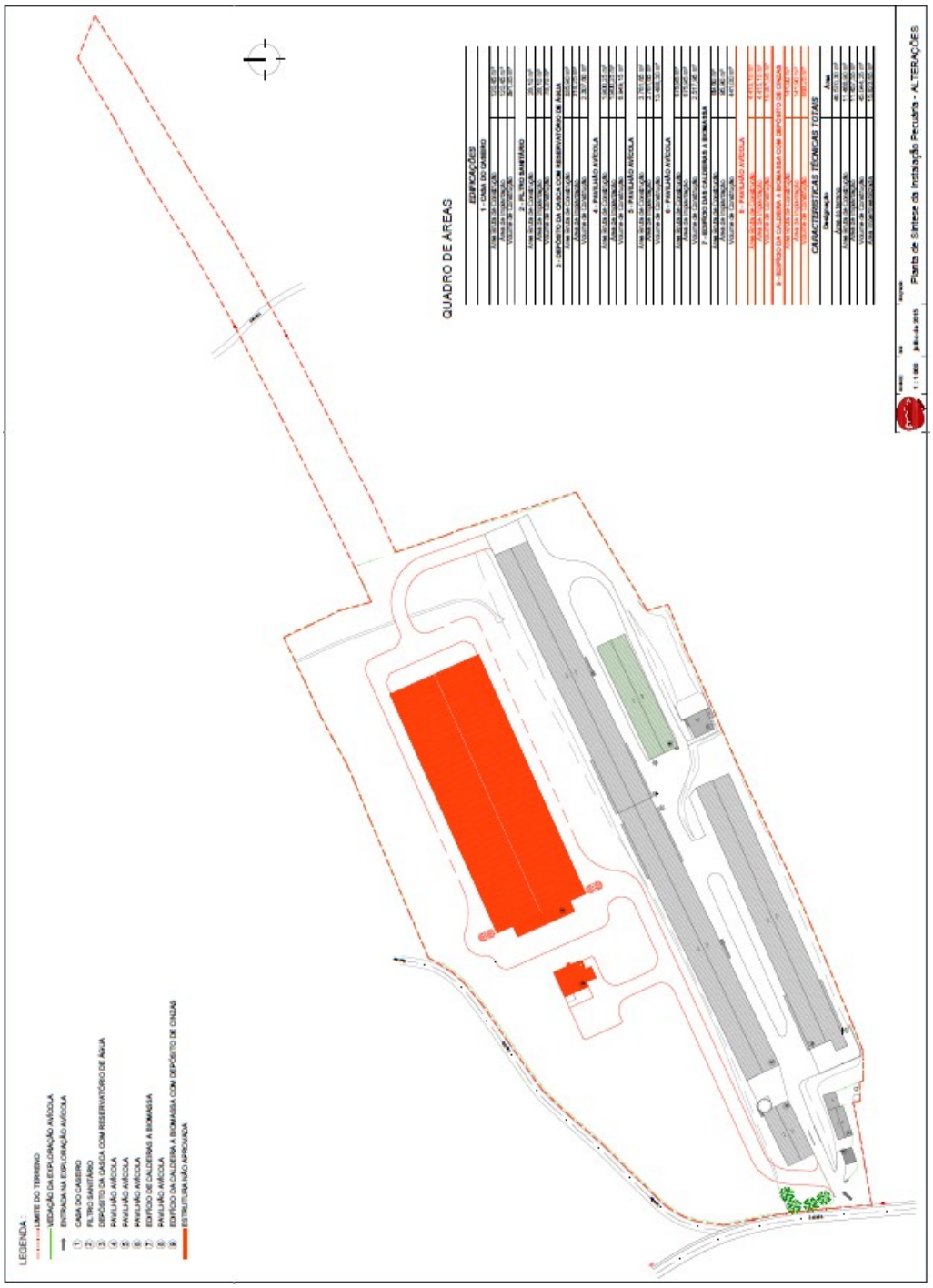


Figura 6 – Planta da propriedade visada. A laranja: edifícios a regularizar.

ANEXOS FOTOGRÁFICOS



Fotografia 1 – Aspecto geral da área em estudo. À esquerda, edifício anexo sobre aterro; à direita, pavilhão avícola em terreno escavado.



Fotografia 2 – Área de implantação do pavilhão avícola.



Fotografia 3 – Aspecto geral da área não edificada, disponível para prospecção.



Fotografia 4 – Aspecto geral da área não edificada, disponível para prospecção, com visibilidade ao solo razoável.

dgpc Direção-Geral do Património Cultural

FICHA DE SÍTIO

Designação: Regularização da Instalação Avícola da Quinta de Casal Seiça

Distrito: Coimbra

Concelho: Figueira da Foz

Freguesia: Marinha das Ondas — Lugar: Casal Seiça

C.M.P. 1/25.000 - folha n.º 249 — Altitude (m): 54

Coordenadas: Latitude: 40º03'15'' N — Longitude: 8º50'13'' W

Tipo de sítio: ---

Período cronológico: ---

Recursos hidrográficos: ---

Descrição do sítio (15 linhas): Exploração avícola já edificada, onde se encontram novas edificações a regularizar. A propriedade acolhe alguns pavilhões avícolas e áreas florestadas.

Proprietários: Lusiaves, S.A.

Classificação: --- — Legislação: ---

Estado de conservação: --- — Uso do solo: Avícola

Ameaças: Unidade de produção avícola — Protecção/Vigilância: ---

Acessos: O acesso a esta zona pode fazer-se através de estrada municipal alcatroada, a parir da povoação de Casal de Seiça.

Espólio: Não existente.

Descrição: ---

Local de depósito: ---

Trabalho Arqueológico 2016

Arqueólogo responsável: António Ginja

Tipo de trabalho: Prospecção arqueológica

Datas de início: 26 de Março de 2016 de fim: 26 de Março de 2016

Duração (em dias): 1

Projecto de Investigação: ---

Objectivos (10 linhas): identificação de eventuais vestígios arqueológicos ou patrimoniais e sugestão das apropriadas medidas de minimização de impactes arqueológicos.

Resultados (15 linhas): A área em estudo encontrava-se parcialmente ocupada pelos edifícios a regularizar. As áreas não edificadas desenvolviam-se a cotas muito alteradas face aos terrenos vizinhos, tendo sido apurado que haviam sido escavadas e aterradas para implantação dos edifícios em causa. Nas zonas em que a florestação permitiu uma visibilidade ao solo razoável, não foram detectados vestígios arqueológicos.

** Preencher de acordo com a lista do Theasaurus do ENDOVÉLICO.

Essa lista poderá ser consultada no site do extinto IGESPAR: www.igespar.pt.